

AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF

Termo de Referência 127/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
127/2025	323102-AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF	MICHELLE FERREIRA DA CUNHA	06/01/2026 16:07 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		48051.011052/2025-07

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 48051.011052/2025-07)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação empresa especializada na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo especializado em psicologia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especialização	Catser	Unidade de medida	Quant. (60 meses)	Valor Unitário	Valor Total (60 meses)
1	1	Serviços contínuos de apoio administrativo especializado em psicologia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com local de execução em Brasília - DF	5380	serviço	60	R\$ 18.328,24	R\$ 1.099.694,40
	2	Serviços contínuos de apoio administrativo especializado em psicologia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com local de execução em Belo Horizonte - MG	5380	serviço	60	R\$ 14.385,49	R\$ 863.129,40
	3	Serviços contínuos de apoio administrativo especializado em psicologia, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com local de execução em Vitória - ES	5380	serviço	60	R\$ 14.262,31	R\$ 855.738,60

	4	Ressarcimento de Diárias Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) (Item não passível de lance/ repasse sob demanda)	21849	unidade	70	R\$ 425,00	R\$ 29.750,00
	5	Ressarcimento de Diárias demais Estados (Item não passível de lance/ repasse sob demanda)	21849	unidade	95	R\$ 363,80	R\$ 34.561,00
	6	Ressarcimento de Passagens Aérea (Item não passível de lance/ repasse sob demanda)	25828	unidade	120	R\$ 2.472,44	R\$ 296.692,80
Valor Total Estimado (60 meses)							R\$ 3.179.566,20

~~1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).~~

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total

Justificativa: Sugere-se exclusão, visto que os itens acima tachados não se aplicam ao objeto da contratação

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

~~OU~~

~~1.3. O objeto da contratação tem a natureza de [obra] OU [serviços especiais] OU [serviços especiais de engenharia], conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~Classificação do objeto quanto ao modelo de execução~~

~~1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.~~

~~OU~~

Justificativa: Sugere-se exclusão, visto que os itens 1.3 e 1.4 não se aplicam ao objeto da contratação

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista tendo em vista a necessidade permanente e ininterrupta de apoio técnico especializado em psicologia para atendimento das demandas institucionais relacionadas à promoção da saúde mental, apoio psicossocial e prevenção de riscos psicossociais, cuja interrupção comprometeria a regularidade das atividades administrativas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração em razão da natureza contínua do serviço, da necessidade de manutenção de equipe estável com dedicação exclusiva de mão de obra e dos ganhos de eficiência e economicidade, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar que instrui a presente contratação.

Justificativa: adaptação do texto para contemplar no corpo do Termo de Referência a justificativa de o serviço ser continuado.

Prazo de vigência

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~OU~~

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~OU~~

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

Justificativa: Opta-se pela adoção do item 1.7, com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cuja natureza demanda estabilidade operacional, continuidade da prestação e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A fixação de prazo contratual ampliado mostra-se adequada e necessária para assegurar a continuidade do atendimento institucional, reduzir riscos de descontinuidade dos serviços, mitigar custos administrativos decorrentes de sucessivas licitações e permitir melhor planejamento da força de trabalho, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9.1 Para os postos de trabalho previstos nos itens 1, 2 e 3, não serão aceitos salários inferiores aos valores referenciais definidos na Nota Técnica SEI nº 4739/2025/ANM/GELICS, a qual consolida a pesquisa

de preços realizada com base em contratações públicas similares, observada a metodologia prevista na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021** e na **IN SEGES/MP nº 05/2017**, aplicável aos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

1.9.1.1 O **valor do Auxílio Alimentação** a ser considerado na composição dos custos do **item 1** deverá observar **exclusivamente** o disposto na **Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº DF00042/2025**, aplicável à base territorial do **Distrito Federal**, devendo o licitante adotar o valor diário previsto na respectiva CCT, por dia efetivamente trabalhado.

1.9.1.2 O **valor do Auxílio Alimentação** a ser considerado na composição dos custos do **item 2** deverá observar **exclusivamente** o disposto na **Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº MG00474/2024**, aplicável à base territorial de **Belo Horizonte/MG**, devendo o licitante adotar o valor diário previsto na respectiva CCT, por dia efetivamente trabalhado.

1.9.1.3 O **valor do Auxílio Alimentação** a ser considerado na composição dos custos do **item 3** deverá observar **exclusivamente** o disposto na **Convenção Coletiva de Trabalho – CCT nº ES00055/2025**, aplicável à base territorial de **Vitória/ES**, devendo o licitante adotar o valor diário previsto na respectiva CCT, por dia efetivamente trabalhado.

1.9.1.4 O item 6, referente ao ressarcimento de passagens aéreas, não constitui objeto de disputa, devendo o licitante manter o custo unitário fixado pela Administração, no valor de R\$ 2.472,44 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), conforme definido neste Termo de Referência e em seus anexos, observado que a execução ocorrerá exclusivamente mediante prévia autorização da Administração, por demanda específica, não sendo admitida a apresentação de proposta com valores divergentes.

1.9.1.5 As empresas licitantes deverão adotar, **obrigatoriamente, o modelo de Planilha de Custos e de Formação de Preços proposto pela Agência Nacional de Mineração – ANM, constante do Anexo II** deste Termo de Referência, observadas as disposições da **Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017**, aplicada subsidiariamente por força da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022**.

Justificativa: destaque de informações relevantes para fins de elaboração de proposta

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A *Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares*, elaborado nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que integra a fase preparatória da contratação e constitui apêndice deste Termo de Referência, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 2022.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026](#), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [29406625000130-0-000001/2026](#);

II) Data de publicação no PNCP: [27/02/2026](#);

III) Id do item no PCA: [104](#);

IV) Classe/Grupo: [911](#);

V) Identificador da Futura Contratação: [323102-122/2026](#);

OU

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

Justificativa: Sugere-se exclusão do item 2.3, visto que optou-se pela utilização do item 2.2 do Termo de Referência, em detrimento do item 2.3, tendo em vista que o **objeto da contratação encontra-se formalmente previsto e detalhado no Plano de Contratações Anual – PCA 2026**, com informações completas e individualizadas, devidamente **registradas e publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade a serem observados nesta contratação encontram-se definidos de forma específica no Estudo Técnico Preliminar, notadamente no **Item 4 – Requisitos da Contratação** e no **Item 12 – Benefícios da Contratação**, os quais integram o apêndice deste Termo de Referência e deverão ser integralmente observados durante a execução contratual.

~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3].~~

Justificativa: Na presente contratação não se aplica a indicação de marcas, características ou modelos específicos, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de natureza intelectual, os quais não envolvem o fornecimento de bens, equipamentos ou soluções padronizáveis por marca ou modelo.

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx-xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas: [A4].~~

~~4.3.1. [...];~~

~~4.3.2. [...]; e~~

~~4.3.3. [...];~~

Justificativa: Na presente contratação não se aplica a indicação de marcas, características ou modelos específicos, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços de natureza intelectual, os quais não envolvem o fornecimento de bens, equipamentos ou soluções padronizáveis por marca ou modelo.

~~Da exigência de carta de solidariedade [A5] e~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Justificativa: A exigência de carta de solidariedade não se aplica à presente contratação, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviços de natureza intelectual, não envolvendo o fornecimento de bens, equipamentos, insumos padronizados, nem a atuação de fabricante, revendedor ou distribuidor na cadeia de execução contratual.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.6. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:[A7]~~

~~4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.7.1. [...];~~

~~4.7.2. [...]; e~~

~~4.7.3. [...];~~

~~4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.8.1. [...];~~

~~.4.8.2. [...]; e~~

~~4.8.3. [...];~~

~~4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

~~4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).~~

Justificativa: A **subcontratação do objeto contratual não será admitida**, tendo em vista que a execução dos serviços demanda a **alocação direta e contínua de profissionais qualificados**, previamente avaliados quanto à **formação, experiência e requisitos técnicos**, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

A vedação à subcontratação visa **assegurar o controle efetivo da execução contratual**, a **responsabilidade integral da contratada** pela prestação dos serviços, a **manutenção da qualidade técnica**, bem como a **regularidade do vínculo trabalhista**, especialmente em razão do regime de **dedicação exclusiva de mão de obra** e da necessidade de observância de normas éticas, de sigilo profissional e de proteção de dados sensíveis.

Dessa forma, a não admissão de subcontratação revela-se **adequada, proporcional e compatível com a natureza do objeto**, não acarretando restrição indevida à competitividade, mas garantindo a adequada execução do contrato e o atendimento ao interesse público.

Garantia da contratação

~~4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor anual** da contratação.

~~4.15.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.[A11]~~

Justificativa: Não se trata de obra ou serviço de engenharia.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.22. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.(a14)

4.22.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.28.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.28.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

~~4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

Justificativa: Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que a adequada prestação do objeto contratual demanda a verificação das condições físicas, estruturais e operacionais disponibilizadas pela Administração, bem como da compatibilidade do ambiente com as atividades a serem desempenhadas, especialmente quanto à privacidade, ao sigilo profissional, à acessibilidade e às condições mínimas de funcionamento.

OU

4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.[A16]

4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.35.1. O licitante interessado em realizar vistoria deverá solicitar agendamento por meio do e-mail: cpl@anm.gov.br.

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, em Brasília/DF ou em alguma de suas Regiões Administrativas, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que dispõe sobre os requisitos da contratação e a descrição da solução como um todo.

Margem de Preferência

~~4.39. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS[A19].~~

Justificativa: A aplicação de margem de preferência normal ou adicional não se mostra pertinente à presente contratação, tendo em vista que, até a data da elaboração deste Termo de Referência, não foram identificados atos normativos vigentes, especialmente Resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, que estabeleçam margens de preferência aplicáveis a serviços de natureza intelectual, como o objeto ora contratado.

Ademais, o objeto da contratação não envolve fornecimento de bens, produtos manufaturados, tecnologia nacional ou soluções padronizáveis, hipóteses em que usualmente se admite a aplicação de margens de preferência, nos termos do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **15 dias** da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A execução dos serviços ocorrerá de forma **contínua**, por meio da **alocação de profissionais de psicologia com dedicação exclusiva**, observadas as atribuições definidas neste Termo de Referência. As atividades compreenderão atendimentos psicossociais **presenciais e/ou remotos**, ações de orientação, acompanhamento e demais intervenções compatíveis com o objeto, realizadas durante o horário de funcionamento das unidades da ANM.

A frequência e a periodicidade das atividades serão definidas conforme a demanda institucional, respeitada a **carga horária semanal contratada**, com **registro diário de frequência por meio de sistema eletrônico de ponto**. A execução será acompanhada por **relatórios periódicos**, observadas as normas éticas, o sigilo profissional e a proteção de dados pessoais e sensíveis. Serão utilizados os recursos tecnológicos necessários à prestação dos atendimentos remotos, quando aplicável, bem como os sistemas administrativos indicados pela Contratante para fins de controle e fiscalização contratual.

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços:* Os serviços serão prestados de forma **contínua e mensal**, ao longo de toda a vigência contratual, observada a **carga horária pactuada**, com **apuração mensal da execução para fins de aferição, faturamento e pagamento**, nos termos deste Termo de Referência e do contrato.

5.1.4. *Etapas ... Período / a partir de / após concluído ...*

Etapas 1 – Mobilização inicial: a partir da assinatura do contrato, compreendendo a apresentação dos profissionais, validação documental, orientações iniciais e ajustes operacionais necessários ao início da execução;

Etapa 2 – Execução continuada dos serviços: a partir do início da execução do objeto, com a prestação regular dos serviços, registros de frequência, elaboração de relatórios e acompanhamento pela fiscalização;

Etapa 3 – Avaliação periódica e ajustes: durante toda a vigência contratual, mediante monitoramento do IMR, adoção de medidas corretivas, quando necessárias, e ajustes operacionais pactuados;

Etapa 4 – Encerramento contratual: após concluída a vigência do contrato, com a finalização das atividades, entrega da documentação final e demais providências administrativas pertinentes.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

ITEM	UNIDADE DA ANM	ENDEREÇO	HORÁRIO DE SERVIÇO
1	Sede da ANM	SBN Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III, Asa Norte, Brasília/DF	08h às 18h
2	Gerência Regional da ANM no Estado de Minas Gerais	Praça Milton Campos, nº 301, Serra, Belo Horizonte/MG – CEP: 30130-040	08h às 18h
3	Gerência Regional da ANM no Estado do Espírito Santo	Avenida César Hilal, nº 410, Bento Ferreira, Vitória/ES – CEP: 29056-666	08h às 18h

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: Atualmente, a Sede e as unidades descentralizadas da ANM funcionam de segunda a sexta-feira, de 08:00h às 18:00h. Os horários para prestação do serviço deverão ser distribuídos de acordo com funcionamento da Agências e respeitando a carga horária máxima, semanal (40 horas), sob orientação da gestão do Contrato ao preposto da empresa, e sempre respeitando a legislação trabalhista, inclusive no que se refere aos intervalos intra e inter jornada.

5.3.1 Caso necessário, os atendimentos remotos serão prestados dentro do horário especificado no item 5.2.1.

5.3.2 Quando necessário, os serviços poderão ser prestados em outras unidades da ANM descentralizadas pelo Brasil. Nesse caso, a contratada deverá conceder aos colaboradores residentes diárias e passagens na modalidade ressarcimento, na forma prevista neste Termo de Referência.

Justificativa: A previsão constante do item 5.3.1, relativa à **prestação de atendimentos remotos**, mostra-se necessária em razão das **características do serviço de psicologia**, que admite, em situações específicas, a utilização de meios remotos como forma de ampliar o acesso, assegurar a continuidade do atendimento e atender demandas pontuais, sem prejuízo da qualidade do serviço, desde que observados os mesmos limites de horário estabelecidos para a prestação presencial. Por sua vez, o disposto no item 5.3.2 justifica-se pela **estrutura organizacional descentralizada da ANM** e pela necessidade eventual de atuação dos profissionais em **outras unidades da Agência no território nacional**, para atendimento de demandas institucionais específicas. Nesses casos, a previsão de **concessão de diárias e passagens na modalidade de ressarcimento**, conforme disciplinado neste Termo de Referência, visa assegurar a **viabilidade operacional da execução**, o adequado custeio dos deslocamentos e a observância dos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, sem caracterizar vantagem remuneratória.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas: Os serviços serão prestados na modalidade presencial ou remota, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pela contratante em conjunto com a contratada, levando em consideração as necessidades do serviço e a jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. A modalidade remota refere-se à prestação de atendimento virtual (on-line) ao servidor/colaborador, a ser realizada, obrigatoriamente, nas dependências da ANM. A carga horária de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais e 08 (oito) horas diárias. A profissão de psicóloga, bem como os cursos de formação em Psicologia, está disposta na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. No entanto, até o momento, a legislação não estabelece regras sobre a carga horária semanal da categoria. Sendo assim, fica definida de acordo com as cláusulas do contrato de trabalho. Não haverá prestação do serviço nos finais de semana e feriados nacionais ou municipais. Os registros deverão ser consolidados e apresentados mensalmente, devidamente atestados pelos colaboradores, à Contratante, para fins de faturamento e acompanhamento da execução contratual. Não haverá a prática de horas extras. Poderá haver banco de horas para compensação a ser realizada dentro do mesmo mês de serviço prestado.

5.3.2. Do perfil e requisitos do profissional:

a) Diploma de graduação em Psicologia, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, com **registro ativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP**, sendo exigida **pós-graduação lato sensu**, reconhecida pelo MEC, em áreas compatíveis com as atribuições do objeto, tais como Psicologia Organizacional e do Trabalho, Saúde Mental, Psicologia Social e Institucional, Psicodinâmica do Trabalho, Avaliação Psicológica no Contexto Organizacional ou áreas afins, observadas as seguintes distinções:

a.1) Para o posto de **Psicóloga Nível I**, atuação predominantemente técnico-assistencial, exigindo-se formação compatível com as atividades regulares de atendimento psicoterapêutico individual e coletivo, presencial ou remoto;

a.2) Para o posto de **Psicóloga Nível II**, lotado na Sede da ANM, além da formação exigida no item anterior, requer-se perfil compatível com **atribuições adicionais de natureza administrativa-operacional**, incluindo articulação institucional, organização de fluxos, consolidação de informações não clínicas e interface com a gestão do contrato, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

b) Inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Psicologia – CRP, durante toda a execução contratual;

c) Experiência profissional mínima comprovada, compatível com as atividades do objeto, **observadas as especificidades técnicas de cada nível profissional**:

c.1) Para **Psicóloga Nível I**, experiência mínima comprovada de 1 (um) ano em atividades relacionadas à psicologia organizacional, clínica, psicossocial ou áreas correlatas ao contexto do trabalho;

c.2) Para **Psicóloga Nível II**, experiência mínima comprovada de 3 (três) anos nas mesmas áreas, em razão da maior complexidade administrativa, da centralização das demandas institucionais na unidade sede e das responsabilidades adicionais atribuídas ao posto, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

d) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes ao posto, compatível com a natureza das atividades a serem desempenhadas.

5.3.2.1. A experiência referida na alínea “c” do item anterior poderá ser comprovada por meio de:

a) Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) Atestado ou declaração de prestação de serviço na área citada, assinado pelo funcionário/servidor competente da empresa ou órgão.

c) Título de Psicólogo Especialista emitido pelo Conselho de Psicologia nas especialidades de “Psicologia Organizacional e do Trabalho”; e

d) Certificado de especialização, nível pós-graduação lato sensu, emitido por instituição de educação superior, devidamente credenciada pelo Ministério da Educação nas respectivas áreas.

5.3.2.2. A exigência de experiência referida na alínea “c” se justifica pelo seguinte motivo: experiência que está sendo solicitada justifica-se pela complexidade das atividades inerentes ao posto e visa garantir que haja ingresso de profissional qualificado, com vivência prática dos conceitos e técnicas necessárias, para uma realização eficiente dos trabalhos demandados.

5.3.2.3. Os profissionais de psicologia a serem alocados deverão possuir competências técnicas adequadas para o **apoio psicossocial aos servidores da ANM**, considerando a diversidade e a complexidade das demandas contemporâneas relacionadas à **saúde mental no ambiente de trabalho**, especialmente aquelas associadas ao aumento de quadros de **estresse ocupacional, burnout, ansiedade, transtornos adaptativos e outros agravos psicossociais** decorrentes das dinâmicas organizacionais, da intensificação do trabalho e dos processos de reorganização institucional.

5.3.2.4. Os (as) profissionais prestarão atendimentos, presencial ou remoto, aos (as) servidores em fase de internação nas unidades de saúde ou domiciliar, para aqueles (as) que se encontram em licença médica, de longa duração. Ademais, as demandas podem chegar por procura espontânea do (a) servidor (a) ou de familiar, encaminhamento pela chefia, corregedoria, ouvidoria, pelo médico assistente ou pelo SIASS, englobando diversas finalidades, a exemplo de retorno ao trabalho, concessão de benefícios, casos de assédio moral ou sexual, conflitos interpessoais ou grupais, acompanhamento psicoterápico, licença para tratamento de saúde de servidor ou de pessoa da família, informações sobre benefícios, rede credenciada de saúde, dentre outros.

5.3.3. Das obrigações profissionais:

5.3.3.1. Atribuições Gerais:

a) Realizar atividades auxiliares, instrumentais e acessórias às atribuições da Superintendência de Desenvolvimento e Gestão Estratégica de Pessoas (SGP-ANM), compreendendo o serviço de apoio administrativo com alocação de postos de Psicólogos do Trabalho (organizacional), considerando o rol de atribuições definido pelo Conselho Federal de Psicologia (Anexo III).

b) Atuar individualmente ou em equipe multiprofissional, onde quer que se deem as relações de trabalho no âmbito da ANM, visando o apoio administrativo na aplicação do conhecimento da Psicologia para a compreensão, intervenção e desenvolvimento das relações e dos processos intra e interpessoais, intra e intergrupais e suas articulações com as dimensões da saúde mental no trabalho; executar outras tarefas compatíveis com as atribuições da profissão.

5.3.3.2. Atribuições Específicas:

I) Gestão de Mudanças e Clima Organizacional

Auxiliar na gestão de mudanças organizacionais, lidando com resistências e ajudando a criar um ambiente de trabalho mais produtivo e saudável; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

II) Mediação de Conflitos

Auxiliar em situações de conflito entre colaboradores ou entre setores, utilizando técnicas de mediação para encontrar soluções adequadas; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

III) Saúde Mental no Ambiente de Trabalho

Fornecer apoio administrativo na promoção da saúde mental dos colaboradores da ANM, prevenindo o esgotamento profissional; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional

IV) Treinamento e Desenvolvimento

Auxiliar no desenho de programas de treinamento para os colaboradores da ANM visando melhorar habilidades específicas, bem como promover o desenvolvimento pessoal e profissional;

Fornecer apoio administrativo na definição de treinamentos sobre diversidade, gestão do estresse, habilidades de comunicação, entre outros.

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional

5.3.3.3. É responsabilidade do profissional, nos exercícios de suas funções laborativas, guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.3.4. Das obrigações da Contratada:

5.3.4.1. Disponibilizar profissional para o posto de trabalho contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da requisição formal por parte da CONTRATANTE.

5.3.4.2. Executar o serviço objeto da contratação, conforme especificações constantes no Termo de Referência, com a alocação do empregado necessário ao cumprimento das cláusulas contratuais.

5.3.4.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à ANM.

5.3.4.4. Contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais necessários à execução dos serviços objeto da contratação, observados os perfis profissionais, qualificações e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3.4.5. É vedado à CONTRATADA alocar, na execução dos serviços objeto da contratação, bem como designar como preposto, empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de chefia, direção ou assessoramento, bem como de membros ou Diretores da ANM.

5.3.4.6. Em respeito ao art. 48, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a contratação de pessoas indicadas expressamente nominadas pela Administração da ANM ou seus agentes, devendo a seleção dos profissionais ser realizada pela empresa contratada de modo impessoal, conforme os requisitos técnicos exigidos para o perfil profissional.

5.3.4.7. Manter o profissional, quando em horário de prestação do serviço, nas dependências da CONTRATANTE no respectivo local de execução do serviço, identificado mediante uso permanente de crachá.

5.3.4.8. Cumprir a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

5.3.4.9. Responsabilizar-se por todo e qualquer vício ou dano que, por dolo ou culpa, seu profissional causar a terceiro ou ao CONTRATANTE, devendo ser descontado o valor correspondente no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, observada a defesa prévia.

5.3.4.10. Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE, sem que isso gere qualquer vínculo empregatício entre os profissionais da CONTRATADA e o CONTRATANTE.

5.3.4.11. Substituir, definitivamente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cujo desempenho, conduta ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios aos serviços prestados ou ao interesse do serviço público.

5.3.4.12. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

5.3.4.13. Não haverá necessidade de reposição de profissional pela CONTRATADA em decorrência de férias do profissional alocado na execução dos serviços.

5.3.4.14. Não haverá a necessidade de reposição de profissional pela CONTRATADA em decorrência de afastamentos (doença, maternidade etc.) que não superem 30 (trinta) dias. Nesse caso, será efetuada a glosa no faturamento, proporcional aos afastamentos ocorridos.

5.3.4.15. Caso o afastamento (doença, maternidade etc.) seja superior a 30 (trinta) dias a CONTRATADA deverá providenciar a reposição do profissional.

5.3.4.16. Apresentar ao CONTRATANTE, quando do início das atividades e sempre que houver alocação de um novo empregado na execução do contrato, relação constando nome, endereço residencial e telefone do empregado colocado à disposição da ANM, bem como a respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, devidamente preenchida e assinada, para fins de conferência, bem como as demais disposições elencadas neste Termo de Referência.

5.3.4.17. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente designada para tal fim, cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando-lhe quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

5.3.4.18. Manter controle de frequência de seus empregados, por meio de sistema eletrônico de registro de ponto, permitindo a fiscalização da CONTRATANTE e o acesso aos respectivos dados, exclusivamente para fins de acompanhamento da execução contratual.

5.3.4.19. Efetuar o pagamento ao profissional e o recolhimento das obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e sociais dentro dos prazos estabelecidos em lei.

5.3.4.20. Comprovar os pagamentos referentes aos recolhimentos das Contribuições Sociais, notadamente Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdência Social, correspondentes à competência da prestação dos serviços faturados, observados os prazos legalmente estabelecidos, e compatíveis com o quantitativo efetivamente declarado.

5.3.4.21. Realizar o pagamento dos empregados nas datas regulamentares, mesmo quando sua fatura não tenha sido paga pelo CONTRATANTE, em vista da aplicação de sanções pelo descumprimento de obrigações contratuais.

5.3.4.22. Responder pela frequência dos seus profissionais, exercendo o devido controle sobre a assiduidade e a pontualidade destes, reservando-se a CONTRATANTE o mesmo direito, como forma de acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais pertinentes.

5.3.4.23. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação do serviço.

5.3.4.24. Instruir seus empregados a tratar dos assuntos relacionados ao contrato, inclusive direitos trabalhistas, diretamente com a CONTRATADA ou com os servidores do contratante responsáveis pela fiscalização do serviço.

5.3.4.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, nem subcontratar qualquer prestação a que está obrigado.

5.3.5. Das obrigações da Contratante:

5.3.5.1. Designar gestor do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

5.3.5.2. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas.

5.3.5.3. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto, sob o aspecto qualitativo e quantitativo.

5.3.5.4. Observar para que durante toda a vigência do contrato seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas.

5.3.5.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.3.5.6. Definir o horário de trabalho do profissional, de acordo com carga horária estabelecida (40 horas semanais).

5.3.5.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato a ser firmado.

5.3.5.8. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados.

5.3.5.9. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos.

5.3.5.10. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

5.3.5.11. Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas de qualquer natureza grave.

5.3.5.12. Verificar, em relação aos empregados da CONTRATADA, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso.

5.3.5.13. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, resultantes da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato.

5.3.5.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

5.3.5.15. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

5.3.5.16. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

5.3.5.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, previstos no art. 5º da IN SEGES nº 05/2017.

5.3.5.18. É vedado à CONTRATANTE e aos seus agentes indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado, nos termos do art. 48, da Lei nº 14.133/21.

5.3.6. Da Proteção de Dados:

5.3.6.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

5.3.6.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento contratual.

5.3.6.3. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.3.6.4. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexo V.

5.3.7. Do deslocamento a serviço:

5.3.7.1. Pagamento de Diárias

5.3.7.1.1. O pagamento eventual de diárias de viagem será na modalidade ressarcimento, nos seguintes termos:

I) A ANM solicitará à CONTRATADA o pagamento de diárias exclusivamente para os empregados integrantes dos itens 1, 2 e 3, por meio de emissão da “Solicitação de Pagamento de Diária – SPD”;

II) A CONTRATADA, quando expressamente autorizada pela Administração, deverá efetuar o pagamento das diárias de viagem aos profissionais alocados, por demanda específica, depositando o respectivo valor diretamente na conta corrente do empregado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da notificação formal do fiscal do contrato, observados os seguintes valores unitários fixados pela Administração:

- para o item 4 – Ressarcimento de Diárias – Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), o valor unitário de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais);
- para o item 5 – Ressarcimento de Diárias – demais Estados, o valor unitário de R\$ 363,80 (trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).

III) Para fins de ressarcimento das diárias, caberá à CONTRATADA apresentar à ANM as despesas com as diárias de viagem, em separado, mediante a apresentação de documento fiscal, depósito bancário ao empregado, relatório de ocorrências do sistema de frequência com o registro dos dias em viagem, folha de ponto do mês em viagem, comprovante de embarque aéreo, quando houver, e a cópia da “Solicitação de Pagamento de Diária – SPD” emitida pela ANM.

5.3.7.1.2. O pagamento das diárias possui natureza indenizatória, não integrando a remuneração do empregado, e os valores correspondentes serão ressarcidos à CONTRATADA pela Administração.

5.3.7.1.3. Nenhum desconto incidirá sobre o valor da diária.

5.3.7.1.4. Os empregados farão jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

- a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede (posto de lotação);
- b) no dia do retorno à sede de serviço (posto de lotação).

5.3.7.1.5. Tais despesas são discricionárias e deverão ser pagas e utilizadas mediante solicitação expressa do fiscal do contrato designado pela ANM, na modalidade de ressarcimento, a partir de demanda apresentada por unidades interessadas para o uso efetivo da contratante mediante fato gerador, não se tratando, portanto, de um valor contínuo ou obrigatório a pagar em favor da contratada.

5.3.7.1.6. Os **valores das diárias**, correspondentes aos **itens 4 e 5**, foram estimados com base em pesquisa de **preços realizada em fontes oficiais**, notadamente no **Painel de Viagens do Governo Federal**, conforme metodologia e parâmetros detalhados na **Nota Técnica SEI nº 4802/2025**, observados os limites **estabelecidos pelo Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023**.

5.3.7.2. Pagamento de Passagens Aéreas

5.3.7.2.1. O pagamento eventual de passagens aéreas será na modalidade ressarcimento, nos seguintes termos:

I) A ANM solicitará à CONTRATADA a concessão e emissão de passagens aéreas exclusivamente para os empregados integrantes dos itens 1, 2 e 3, por meio de emissão da “Solicitação de Concessão de Passagem– SCP”;

II) A CONTRATADA deverá emitir a passagem aérea na forma que foi solicitado pela ANM no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** da notificação;

III) Para fins de ressarcimento das passagens aéreas, caberá à CONTRATADA apresentar à ANM as despesas com as passagens, em separado, mediante a apresentação de documento fiscal, comprovante de embarque aéreo e a cópia da “Solicitação de Concessão de Passagem – SCP” emitida pela ANM.

5.3.7.2.2. Tais despesas são discricionárias e deverão ser pagas e utilizadas mediante solicitação expressa do fiscal do contrato designado pela ANM, na modalidade de ressarcimento, a partir de demanda apresentada por unidades interessadas para o uso efetivo da contratante mediante fato gerador, não se tratando, portanto, de um valor contínuo ou obrigatório a pagar em favor da contratada.

5.3.7.2.3. Os valores das passagens aéreas, correspondentes ao item 6, foram estimados com base em pesquisa de preços realizada em fontes oficiais, conforme metodologia e parâmetros detalhados na **Nota Técnica SEI nº 4781/2025**, observados os critérios adotados no Estudo Técnico Preliminar e as práticas vigentes da Administração Pública Federal.

i) As despesas com passagens aéreas possuem natureza indenizatória, não integram o objeto licitável da contratação nem constituem custo direto de mão de obra, sendo consideradas exclusivamente para fins de estimativa global de custos e de planejamento orçamentário, sem caráter de remuneração.

ii) Os valores de referência das passagens aéreas enquadram-se como custos decorrentes de mercado, passíveis de atualização após o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice que venha a substituí-lo, apenas para fins de estimativa de eventual reajuste do limite contratual, nos termos das regras contratuais aplicáveis à repactuação de custos decorrentes de mercado, observados os limites legais e normativos vigentes.

5.3.7.2.4. Informações Relevantes sobre o Deslocamento a Serviço

5.3.7.2.5. O tempo máximo de exercício do profissional de psicologia em outra jurisdição não poderá ultrapassar **90 (noventa) dias** por ano, seja de forma contínua ou intercalada, conforme legislação em vigor do Conselho Federal de Psicologia.

5.3.7.2.6. Cabe à empresa contratante a responsabilidade pelo controle dessa limitação, de forma a assegurar o cumprimento das normas e regulamentações pertinentes à profissão.

Justificativa: Os serviços objeto da contratação envolvem **apoio psicossocial, atendimento individual e coletivo, mediação de conflitos, promoção da saúde mental no ambiente de trabalho e apoio a processos organizacionais**, exigindo **qualificação técnica específica, experiência profissional compatível e observância rigorosa de normas éticas, de sigilo e de proteção de dados pessoais e sensíveis**.

Nesse contexto, a definição detalhada do **perfil profissional**, com distinção objetiva entre **Psicóloga Nível I e Psicóloga Nível II**, encontra respaldo no **Estudo Técnico Preliminar**, que identificou **níveis distintos de complexidade funcional**, especialmente quanto às atribuições adicionais de articulação institucional, consolidação de informações não clínicas e interface com a gestão do contrato, concentradas no posto de maior responsabilidade técnica e administrativa.

A exigência de **formação compatível, experiência mínima diferenciada por nível, comprovação documental e aptidão física e mental** visa assegurar que os profissionais alocados possuam **capacidade técnica efetiva para lidar com demandas contemporâneas complexas de saúde mental no trabalho**, tais como estresse ocupacional, burnout, ansiedade, transtornos adaptativos e conflitos psicossociais, sem configurar restrição indevida à competitividade.

Ressalta-se que a disciplina detalhada das obrigações profissionais, das responsabilidades da contratada e da contratante, bem como dos procedimentos relativos a sigilo, proteção de dados, deslocamentos a serviço e ressarcimentos, atende aos seguintes fundamentos normativos:

- **Lei nº 14.133/2021**, especialmente:
 - art. 6º, inciso XXIII (conteúdo mínimo do Termo de Referência);
 - art. 11 (princípios do planejamento, eficiência e segurança jurídica);
 - art. 48 (vedação à indicação nominada de pessoas);
 - arts. 92 a 94 (execução contratual e fiscalização);
- **Instrução Normativa SEGES nº 05/2017**, quanto à vedação de ingerência, definição clara de responsabilidades e gestão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
- **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, diante do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis relacionados à saúde;
- **Normas do Conselho Federal de Psicologia**, especialmente quanto:
 - ao exercício profissional em diferentes jurisdições;
 - ao sigilo profissional;
 - aos limites temporais de atuação fora da jurisdição de origem;
- **Boas práticas do TCU**, no sentido de que o Termo de Referência deve detalhar, de forma suficiente e objetiva, os requisitos técnicos, as obrigações contratuais e os mecanismos de controle, mitigando riscos de execução e responsabilização subsidiária da Administração.

Materiais a serem disponibilizados

~~5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: [A6]~~

~~5.4.1. [...];~~

~~5.4.2. [...]; e~~

~~5.4.3. [...].~~

Justificativa: O item **não se aplica**, uma vez que o objeto da contratação consiste na **prestação de serviço de natureza intelectual**, não envolvendo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios pela contratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Os itens 4, 5 e 6 não serão objetos de disputa. Dessa forma, o licitante não deve ofertar lances para esses itens;

5.5.2 Para os itens 1, 2 e 3, não serão aceitos salários inferiores aos valores referenciais definidos na Nota Técnica SEI nº 4739/2025, correspondentes a: **R\$ 6.100,80** para os serviços prestados por **Psicóloga Nível I**; e **R\$ 7.626,00** para os serviços prestados por **Psicóloga Nível II**;

5.5.3. Quando solicitado, o licitante deverá conceder diárias e emitir passagens aéreas para os seus colaboradores, na forma descrita no item 5.3.7. deste Termo de Referência; e

5.5.4. As empresas licitantes deverão adotar o modelo de Planilha de Custo e de Formação de Preços proposto pela Agência Nacional de Mineração (ANM) (Anexo II).

~~Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas~~

~~5.6. Providências necessárias para a efetivação de desapropriação autorizada pelo poder público:[A8]~~

~~5.6.1. [...];~~

~~5.6.2. [...]; e~~

~~5.6.3. [...]~~

~~5.7. Responsabilidade por cada fase do procedimento expropriatório:~~

~~5.7.1. [...];~~

~~5.7.2. [...]; e~~

~~5.7.3. [...]~~

~~5.8. Responsabilidade pelo pagamento das indenizações devidas:~~

~~5.8.1. [...];~~

~~5.8.2. [...]; e~~

~~5.8.3. [...]~~

~~5.9. Estimativa do valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, incluindo custos correlatos:~~

~~5.9.1. [...];~~

~~5.9.2. [...]; e~~

~~5.9.3. [...]~~

~~5.10. Distribuição objetiva de riscos entre as partes:~~

~~5.10.1. Risco pela diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor: [Contratante][e]
[Contratado]][A9]~~

~~5.10.2. Risco pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados: [Contratante][e][Contratado]][A10]~~

~~5.10.3. [...]~~

~~5.10.4. O registro de imissão provisória na posse e/ou o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverá ser efetuado em nome de [.....]~~

~~5.11. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.[A11]~~

~~5.12. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:[A12]~~

~~5.12.1. para restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;~~

~~5.12.2. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~5.12.3. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e~~

~~5.12.4. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.~~

~~5.13. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.[A13]~~

Justificativa: O item **não se aplica**, uma vez que o objeto da contratação consiste na **prestação de serviço de natureza intelectual**.

Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

OU

~~5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **XX (xxxxx)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

Justificativa: A escolha mostra-se **adequada e proporcional à natureza do objeto**, que consiste na **prestação de serviços de natureza intelectual**, executados de forma continuada, sem fornecimento de bens, produtos ou resultados materiais passíveis de verificação posterior por período estendido. Nesse contexto, a **garantia legal** já se revela **suficiente para resguardar a Administração** quanto à adequada execução dos serviços, nos termos da legislação vigente.

A exigência de garantia contratual complementar, além da garantia legal, **não agregaria ganho efetivo de segurança jurídica**, podendo, ao contrário, representar **ônus desnecessário à contratada**, com potencial impacto negativo sobre a competitividade do certame, sem correspondência direta com os riscos inerentes à execução do objeto.

Uniformes

5.16. A licitante deverá fornecer aos seus colaboradores crachá de identificação com impressão de qualidade e material resistente, fornecendo a reposição sempre que for necessário

5.16.1. Características do crachá: com foto, 100% em PVC; película de PVC transparente fundida sobre o crachá: nome completo, empresa prestadora, posto e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário.

5.16.2. Não há previsão de uniformes complementares para a contratação

~~5.16.1.2. [...] (....) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de (.....) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;~~

~~5.16.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:~~

~~5.16.2.1. ...];~~

~~5.16.2.2. [...];~~

~~5.16.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo os sempre que estiverem apertados;~~

~~5.16.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.~~

Justificar: A exigência de **uniforme não se aplica à presente contratação**, tendo em vista que o objeto consiste na **prestação de serviços de natureza intelectual**, desempenhados por profissionais de psicologia, cuja atuação demanda **postura técnica, autonomia profissional e observância às normas éticas da profissão**, não se compatibilizando com a padronização visual típica de serviços operacionais.

A identificação dos profissionais alocados será realizada **exclusivamente por meio de crachá funcional**, o qual se mostra **suficiente e adequado** para fins de controle de acesso, segurança institucional e fiscalização contratual, atendendo às necessidades administrativas da Contratante **sem gerar ônus desnecessário à contratada** ou restringir a competitividade do certame.

Dessa forma, a não exigência de uniforme revela-se **razoável, proporcional e compatível com a natureza do objeto**, preservando a identidade profissional dos prestadores do serviço e garantindo a adequada execução contratual.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

~~5.17. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:~~

~~5.17.1.[...];~~

~~5.17.2. [...]; e~~

~~5.17.3. [...];~~

OU

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Justificativa: Não serão exigidos **procedimentos específicos de transição e finalização do contrato**, tendo em vista que o objeto consiste na **prestação de serviços de natureza intelectual**, executados de forma contínua, **sem transferência de tecnologia, sistemas, metodologias proprietárias ou ativos materiais** que demandem capacitação ou repasse formal ao término da contratação.

Ademais, a execução dos serviços envolve o **tratamento de informações sigilosas e de dados pessoais sensíveis de servidores**, especialmente relacionados à saúde mental, o que **afasta a pertinência de repasse de informações, técnicas ou registros** a terceiros ou a eventual nova contratada, em observância aos princípios da **confidencialidade, da ética profissional e da proteção de dados**, nos termos da **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)** e das normas aplicáveis à profissão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6.1 A alínea "a", do **item 10.3., da Instrução Normativa SEGES n. 5/2017**, estabelece que "devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto." Dessa forma, com fundamento na norma supracitada combinada com o item 6.6. do Termo de Referência, será recusada a indicação de preposto que ocupe posto de trabalho destinado à execução contratual.

6.7. O Contratado deverá manter preposto à disposição da contratada durante o período de vigência do contrato.

6.7.1. Para fins de interpretação do item 6.7. do Termo de Referência, a expressão "local da execução do objeto" deve ser entendida como a "cidade de prestação do serviço". Ou seja, não haverá necessidade de lotação de preposto exclusivamente nas dependências da ANM.

6.7.2. O preposto deverá atender aos chamados e às solicitações da ANM no prazo de **48 horas**, quando se tratar de assuntos ordinários, podendo esse prazo ser prorrogado mediante a apresentação de justificativas.

6.7.3. Em situações caracterizadas como "urgente" pela Fiscalização do Contrato, o preposto deverá comparecer presencialmente no local de prestação do serviço no prazo de **4 horas**, respeitando o horário comercial.

Justificativa: Em observância ao disposto na **Instrução Normativa SEGES nº 5/2017**, as solicitações, ordens, reclamações e cobranças relacionadas à execução contratual deverão ser dirigidas **exclusivamente ao preposto da empresa**, sendo vedado o contato direto da Administração com os empregados alocados na execução dos serviços, razão pela qual **não será admitida a indicação de preposto que ocupe posto de trabalho destinado à execução contratual**. O preposto deverá permanecer **à disposição da contratada durante toda a vigência do contrato**, sendo considerado, para fins de atendimento, como local da execução do objeto a **cidade de prestação do serviço**, não havendo necessidade de lotação exclusiva nas dependências da ANM. As demandas de natureza ordinária deverão ser atendidas pelo preposto no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, admitida prorrogação mediante justificativa, e, nas situações caracterizadas como urgentes pela fiscalização do contrato, o preposto deverá **comparecer presencialmente no local de prestação do serviço no prazo máximo de 4 (quatro) horas**, respeitado o horário comercial.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. Verificação do cumprimento da carga horária pactuada, por meio da análise dos registros de frequência eletrônica, apresentados mensalmente, bem como da compatibilidade entre os registros de ponto e os relatórios de execução dos serviços

6.16.2. Acompanhamento da execução das atividades técnicas previstas no contrato, mediante a análise dos relatórios periódicos de atendimentos e ações realizadas, observados os limites éticos, o sigilo profissional e a proteção de dados pessoais e sensíveis; e

6.16.3. Verificação da manutenção dos requisitos de qualificação profissional, da regularidade dos vínculos dos profissionais alocados, do uso de crachá de identificação, bem como do atendimento às demais obrigações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. **Conferência periódica da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, bem como da manutenção das condições de habilitação, mediante a verificação dos documentos exigidos contratualmente, incluindo aqueles relacionados a recolhimentos de FGTS, INSS, encargos trabalhistas, comprovação do pagamento de salários e benefícios, observados os prazos legais aplicáveis, além da análise da correção formal das faturas, da compatibilidade com os serviços efetivamente prestados e do atendimento às disposições relativas à repactuação, reajustes e ressarcimentos previstos no contrato.**

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. . comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

OU

~~6.35.1.3.7 documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024[A7].~~

Justificativa: Optou-se pela adoção do item 6.35.1.3.6, que exige documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, nos termos do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, em detrimento da exigência prevista no item 6.35.1.3.7, referente ao capital social mínimo integralizado nos moldes do art. 14 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.

A escolha fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação consiste na **prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, hipótese para a qual a legislação específica aplicável é a **Lei nº 6.019/1974**, que estabelece critérios objetivos de **compatibilidade entre o capital social integralizado e o quantitativo de empregados**, como forma de mitigar riscos trabalhistas e assegurar a **capacidade econômico-financeira da contratada para suportar os encargos decorrentes da execução contratual**.

A exigência prevista no art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 mostra-se **mais adequada ao caso concreto**, por estar diretamente relacionada à **dinâmica de contratos com alocação de pessoal**, permitindo avaliação proporcional e aderente à realidade operacional da empresa licitante, sem impor **barreiras excessivas à competitividade**.

Por outro lado, a aplicação do art. 14 da Lei nº 14.967/2024, que estabelece parâmetro geral de capital social mínimo integralizado, **não se revela necessária nem mais vantajosa** para o presente objeto, uma vez que **não agrega controle adicional efetivo** à mitigação dos riscos específicos associados à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, podendo, inclusive, representar **ônus desproporcional aos licitantes**, em afronta aos princípios da razoabilidade e da competitividade.

6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Civas de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

4.47 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.58 As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

~~7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.[A3]~~

Justificativa: Não se aplica as características do objeto

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. critérios de qualidade para a execução contratual;

7.5.2. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

~~7.6.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.~~

~~7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.~~

~~7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.~~

~~7.6.2 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório [descrever o fato que será considerado como conclusão do objeto ou etapa para fins de permitir o recebimento provisório].~~

Justificativa: Não se aplica as características do objeto.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período **mensal**.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento[A11]~~

~~7.39. A presente contratação permite a antecipação de pagamento [parcial] OU [total], conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.40. O Contratado emitirá [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo] correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), tão logo [incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.], para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.41. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.41.1 R\$ X.XXX,XX (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;~~

~~7.41.2. (...) [A12].~~

~~7.42. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.42.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.42.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada de [especificar o índice de correção monetária a ser adotado], ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução. [A13]~~

~~7.43. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.44. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até XX (xxxxx) dias, contados do recebimento do [recibo] OU [nota fiscal] OU [fatura] OU [documento idôneo].~~

~~7.45. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.46. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.46.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente; [A14]~~

~~7.46.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de XX% (xxxxx por cento). [A15] [A16]~~

~~7.47. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Justificativa: A antecipação de pagamento não se aplica à presente contratação, por se tratar de **serviços continuados**, com **pagamento condicionado à efetiva execução mensal**, não havendo necessidade de mobilização inicial extraordinária de recursos por parte da contratada.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.48. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.48.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.48.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.49. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.50. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado[A18] :

7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE](#), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

~~ou~~

Reajuste

~~7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado [A24] da data do orçamento estimado, em [DD/MM/AAAA[A25]].~~ Diárias e passagens

Justificativa: O item 7.76 não foi adotado neste Termo de Referência em razão das características do objeto contratado, que consiste em serviço contínuo executado com dedicação exclusiva de mão de obra. Nessa modalidade contratual, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro não se dá por meio do reajuste em sentido estrito, contado da data do orçamento estimado, mas sim por meio do instituto da repactuação, mediante demonstração analítica da variação dos custos da mão de obra, nos termos do art. 92, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

Adicionalmente, os custos não relacionados à mão de obra, cuja variação decorre do mercado, já se encontram adequadamente disciplinados neste Termo de Referência por meio de cláusula específica de reajuste mediante aplicação de índice oficial, em consonância com os entendimentos da Advocacia- Geral da União e da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC. Assim, a inclusão do item 7.76 mostra-se redundante e

potencialmente conflitante com a sistemática de repactuação e reajuste já prevista, sem agregar segurança jurídica ou benefício adicional à contratação.

Dessa forma, a exclusão do item 7.76 preserva a coerência técnica do instrumento convocatório, evita a sobreposição de institutos jurídicos distintos e assegura plena conformidade com a legislação vigente, os modelos referenciais da AGU e as boas práticas de governança e controle aplicáveis às contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

~~OU~~

~~7.77. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês MM do ano de AAAA] OU [datadas de DD/MM/AAAA]. [A26]~~

7.78. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.81. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.82. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.83. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta- Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta -Depósito Vinculada

7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta- Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

~~7.88 Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado e correspondem ao valor estimado de R\$ X.XXX,XX (valor em extenso), por mês, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.~~

Justificativa: A adoção da isenção de tarifas revela-se **mais vantajosa à Administração**, por evitar a transferência de custos acessórios ao contrato, preservar a **economicidade**, manter a **transparência na formação de preços** e assegurar que os valores provisionados sejam integralmente destinados à garantia das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias dos empregados vinculados à execução do contrato.

OU

7.89. Na presente contratação, a conta- depósito vinculada é **isenta de tarifas bancárias**.

7.90. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.91. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.92. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.93. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.93.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.93.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.93.3. Multa sobre o FGTS; e

7.93.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.94. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.95. O saldo da conta- depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.96. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta- depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.97. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta- depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.98. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta- depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.99. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.100. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.101. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta- depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

OU

~~Pagamento [A33] pelo fato gerador~~

~~7.102. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:~~

~~7.103. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:~~

~~1. Módulo 1: Composição da Remuneração;~~

~~2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;~~

~~3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;~~

~~4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;~~

~~5. Módulo 5: Insumos; e~~

~~6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.~~

~~7.104. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;~~

~~7.104.1.. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato.~~

~~7.105. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:~~

~~7.105.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;~~

~~7.105.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;~~

~~7.105.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;~~

~~7.105.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e~~

~~7.105.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.~~

Justificativa: O **pagamento pelo fato gerador** não será adotado na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na **prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, cuja execução demanda **controle permanente, previsibilidade financeira e estabilidade na gestão contratual**, especialmente quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.

A **adoção da conta- depósito vinculada**, prevista no art. 121, §3º, inciso III, da **Lei nº 14.133/2021**, revela-se **mais adequada ao perfil do contrato**, por permitir o **provisionamento contínuo e controlado** dos valores destinados a férias, décimo terceiro salário, verbas rescisórias e respectivos encargos, assegurando maior **segurança jurídica, rastreabilidade e mitigação de riscos de inadimplemento trabalhista**.

O pagamento pelo fato gerador, por sua natureza **pontual e reativa**, não oferece o mesmo nível de previsibilidade e controle financeiro ao longo da execução contratual, podendo gerar **concentração de desembolsos**, complexidade operacional e maior risco de desequilíbrio na gestão dos recursos, sem acréscimo proporcional de segurança à Administração.

Dessa forma, a não adoção do pagamento pelo fato gerador mostra-se **tecnicamente justificada e juridicamente adequada**, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021**, a **IN SEGES/ME nº 98/2022**, a **IN SEGES/MP nº 05/2017** e as **boas práticas consolidadas pelos órgãos de controle**, sendo a **conta- depósito vinculada** o instrumento mais eficiente para a proteção do interesse público na contratação em análise.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10% (dez por cento)** dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, **ressalvadas as seguintes hipóteses específicas de inexecução parcial:***

8.2.4.7.1. *Consideram-se hipóteses de inexecução parcial, para fins do subitem anterior, entre outras compatíveis com o objeto contratual:*

- a) descumprimento reiterado da carga horária contratada;
- b) falhas no registro eletrônico de frequência;
- c) atraso injustificado na substituição de profissional alocado, quando exigida pela Administração;
- d) descumprimento de obrigações administrativas que não inviabilizem totalmente a execução do contrato;
- e) não apresentação tempestiva de documentos exigidos para fiscalização, quando não caracterizada má-fé.

Justificativa: A explicitação das hipóteses de **inexecução parcial do contrato** no item 8.2.4.7.1 tem por finalidade **conferir objetividade, previsibilidade e proporcionalidade** à aplicação das sanções administrativas, especialmente

em contratos de **serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, nos quais o cumprimento da carga horária, o controle de frequência, a substituição tempestiva de profissionais e a regularidade documental constituem elementos essenciais à adequada execução do objeto.

A individualização das condutas permite a **dosimetria adequada da penalidade**, evitando a aplicação automática de sanções mais gravosas para falhas que **não inviabilizam totalmente a execução**, em conformidade com os artigos **156 a 159 da Lei nº 14.133/2021** e com o princípio da **proporcionalidade**.

O entendimento encontra respaldo na jurisprudência do **Tribunal de Contas da União**, que orienta pela **necessidade de gradação das penalidades** e pela **tipificação prévia das condutas**, de modo a assegurar segurança jurídica e evitar discricionariedade excessiva, conforme, entre outros, os **Acórdãos TCU nº 1.793/2011-Plenário, nº 2.622/2013-Plenário e nº 2.443/2015-Plenário**, que reconhecem a legitimidade da distinção entre inexecução parcial e total e da aplicação proporcional das sanções.

A expressão **“entre outras compatíveis com o objeto contratual”** preserva a flexibilidade administrativa necessária à gestão contratual, sem afastar a exigência de **motivação, contraditório e ampla defesa** em cada caso concreto.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] ~~OU [CONCORRÊNCIA]~~, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ~~OU [MAIOR DESCONTO] OU [TÉCNICA E PREÇO]~~.

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado]~~

Justificativa: A seleção do fornecedor dar-se-á por meio de **procedimento licitatório**, na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, nos termos do item 9.1, em razão de o objeto da contratação **não se enquadrar nas hipóteses legais de contratação direta previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021**.

Trata-se de serviço **comuns e padronizáveis**, cuja execução admite ampla competição entre potenciais interessados, sendo plenamente possível a definição objetiva de requisitos técnicos mínimos e a comparação isonômica das propostas com base em critérios exclusivamente econômicos, sem prejuízo da qualidade da prestação.

Ressalta-se, ainda, que **não restou caracterizada situação de inviabilidade de competição, exclusividade, emergência ou outra circunstância excepcional** que justificasse a contratação direta, razão pela qual a licitação se mostra o instrumento juridicamente adequado e tecnicamente recomendado para atendimento do interesse público.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por **preço unitário** para os itens 4,5 e 6.

9.4. O regime de execução do objeto será de empreitada por **preço Global** para os itens 1.2 e 3.

Justificativa: O regime de execução do objeto foi definido de forma **diferenciada**, em razão das **peculiaridades de execução, previsibilidade de quantitativos e forma de mensuração** dos itens que compõem a contratação, observando-se os princípios da **adequação, economicidade, controle e segurança jurídica**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

Para os itens **4, 5 e 6**, correspondentes às **diárias e passagens aéreas**, adotou-se o **regime de empreitada por preço unitário**, tendo em vista que tais despesas possuem **natureza eventual, variável e condicionada à ocorrência de demanda específica**, não sendo possível prever, com precisão, no momento da contratação, o quantitativo efetivamente a ser executado. O pagamento ocorrerá **por unidade efetivamente utilizada**, mediante solicitação expressa da Administração e na modalidade de **ressarcimento**, o que torna o regime de preço unitário o mais adequado para assegurar o **controle do gasto público**, a **aderência entre pagamento e execução** e a prevenção de desembolsos indevidos.

Para os itens **1, 2 e 3**, relativos à **prestação contínua de serviços especializados de psicologia com dedicação exclusiva de mão de obra**, adotou-se o **regime de empreitada por preço global**, considerando que a execução desses serviços apresenta **escopo previamente definido, quantitativo certo e previsibilidade de custos**, correspondentes à disponibilização mensal dos postos de trabalho ao longo da vigência contratual. Nesse contexto, o preço global reflete de forma mais adequada a **totalidade das obrigações assumidas pela contratada**, permitindo planejamento orçamentário, estabilidade financeira do contrato e simplificação da gestão contratual, sem prejuízo da aplicação de glosas ou sanções em caso de descumprimento das condições pactuadas.

~~Critérios de aceitabilidade de preços~~

~~9.4. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.~~

~~9.4.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;[A4]~~

~~9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será: (...)~~

~~9.5.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;~~

~~9.5.2. custos unitários relevantes: itens...[A5]~~

Justificativa: sugere-se exclusão, visto que os itens acima tachados refere-se a obras e serviços de engenharia.

9.6. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as parcelas mínimas obrigatórias, conforme estimativa baseada nas Convenções Coletivas de Trabalho vigentes e aplicáveis às localidades de execução dos serviços, utilizadas como paradigma, notadamente a Convenção Coletiva de Trabalho do Distrito Federal – CCT nº DF000042/2025, a Convenção Coletiva de Trabalho de Belo Horizonte/MG – CCT nº MG004474/2024 e a Convenção Coletiva de Trabalho de Vitória/ES – CCT nº ES000055/2025.

a) Para fins de composição da planilha de custos e formação de preços, o salário-base mínimo a ser adotado nas propostas deverá observar os valores orçados pela Administração, sendo fixado em **R\$ 7.626,00 (sete mil seiscentos e vinte e seis reais)** para o posto de **Psicóloga Nível II**, com local de execução em **Brasília/DF**, e em **R\$ 6.100,80 (seis mil e cem reais e oitenta centavos)** para o posto de **Psicóloga Nível I**, com local de execução em **Belo Horizonte/MG e Vitória/ES**,

b) O auxílio- alimentação deverá ser considerado nas propostas como benefício de natureza trabalhista, pago por dia efetivamente trabalhado, observando-se os valores orçados pela Administração e definidos nas Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, correspondendo a **R\$ 44,30 (quarenta e quatro reais e trinta centavos)** por dia em

Brasília/DF, perfazendo o montante mensal de **R\$ 974,60 (novecentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)**, considerando 22 (vinte e dois) dias trabalhados; a **R\$ 29,15 (vinte e nove reais e quinze centavos)** por dia em **Belo Horizonte/MG**, totalizando **R\$ 513,04 (quinhentos e treze reais e quatro centavos)** mensais, já considerados os descontos previstos em Convenção Coletiva; e a **R\$ 22,72 (vinte e dois reais e setenta e dois centavos)** por dia em **Vitória/ES**, resultando no valor mensal de **R\$ 482,35 (quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos)**.

~~e) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:~~

~~i), no valor de R\$~~

~~ii), no valor de R\$ (especificar os benefícios e valores).~~

Justificativa: Ao analisar os CCTs, conclui-se que os benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho utilizadas como paradigma, tais como plano de assistência médica/ambulatorial, auxílio odontológico e seguro de vida em grupo com assistência funeral, os quais não possuem valores monetários individualizados fixados normativamente.

9.6.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.6.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.6.3. Os valores orçados pela Administração constam da planilha do Anexo II

~~9.7. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será [A7]:~~

~~9.7.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item XXXXXX deste Termo de Referência.~~

Justificativa: A presente contratação não adota o Sistema de Registro de Preços – SRP, uma vez que o objeto consiste em **serviços contínuos executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com quantitativos previamente definidos, locais de execução determinados e demanda certa e recorrente**, cuja execução depende de **alocação estável de profissionais específicos**, com observância de requisitos técnicos, trabalhistas e normativos previamente estabelecidos no Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

~~9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.~~

~~9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).~~

~~9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A11]~~

Os itens 9.16, 9.17 e 9.18 não se aplicam à presente contratação em razão das características do objeto, que consiste na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza técnica e intelectual, exigindo execução direta, pessoalidade, continuidade e responsabilização integral da empresa contratada pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais.

Nesse contexto, a participação de **sociedades cooperativas** mostra-se incompatível com o regime de dedicação exclusiva e com o controle de jornada, podendo caracterizar desvirtuamento da relação de trabalho. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se por tratar-se de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico-financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

Entendemos que a vedação à participação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, nas quais as empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação previstos em edital.

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira

9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, ~~[capital mínimo]~~ OU ~~patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação = aplicável para o contrato de escopo]~~ OU ~~[valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado]~~ OU ~~[valor total estimado da parcela pertinente].~~

9.31.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.31.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

Justificativa: A adoção dos itens 9.31, 9.31.1 e 9.31.2 é justificada pelas características do objeto, que consiste em **serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra**, demandando da contratada **capacidade econômico-financeira compatível** para suportar, de forma regular, os custos trabalhistas, previdenciários e operacionais, independentemente do momento do pagamento pela Administração.

A exigência de **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação anual**, bem como de **Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66%**, aplica-se de forma **subsidiária**, apenas quando os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral ou Liquidez Corrente não forem atendidos, encontrando respaldo no **art. 69 da Lei nº 14.133 /2021** e na **jurisprudência do TCU** como mecanismo de mitigação de riscos de inadimplemento e descontinuidade do serviço.

Trata-se de critérios **objetivos, proporcionais e compatíveis com o porte do contrato**, que preservam a competitividade e resguardam o interesse público, alinhando-se às boas práticas de governança nas contratações de serviços continuados com mão de obra exclusiva.

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.36. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.36.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.36.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

~~9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;[A22]~~

Justificativa: A atividade objeto da contratação consiste na **prestação de serviços de psicologia**, cuja regulamentação profissional é **exigida dos profissionais pessoas físicas**, e não da pessoa jurídica contratada.

9.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.40. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e nas normas regulamentares do Conselho Federal de Psicologia – CFP.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **03 (três) anos** do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.41.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de **no mínimo 3 (três) serviços/postos**, admitido o somatório de contratos distintos para fins de comprovação da capacidade técnico- operacional.

Justificativa: A adaptação do item 9.41.1.2, com exigência de comprovação de **execução mínima de 3 (três) serviços/postos**. O **Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário** admite, em contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a fixação de quantitativos mínimos de capacidade técnico-operacional, desde que **compatíveis com o objeto, justificados e sem reprodução integral da contratação**, sendo legítima a aceitação do somatório de atestados.

A exigência proposta reforça a **robustez da experiência do licitante**, reduz riscos à execução contratual e **não restringe a competitividade**, observando os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e isonomia**, bem como o art. 67 da **Lei nº 14.133/2021** e a jurisprudência consolidada do TCU.

9.41.1.3. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços de **apoio psicossocial, saúde mental no trabalho, psicologia organizacional ou serviços correlatos**, com gestão de profissionais alocados de forma contínua.

9.41.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório **em Brasília/DF ou em alguma de suas Regiões Administrativas**, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato.

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico- Profissional

~~9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):~~

~~9.45.1. Para o (indicar o profissional): serviços de (...)~~

~~9.45.2. Para o (indicar o profissional): serviços de (...)~~

Justificativa: Os itens 9.45, 9.45.1 e 9.45.2 não são aplicáveis à presente contratação, uma vez que o objeto consiste em **serviços continuados executados com dedicação exclusiva de mão de obra**, de natureza **predominantemente operacional e intelectual**, que **não demandam a indicação prévia de profissional específico como responsável técnico**, nem a comprovação de **acervo técnico individual (CAT/ART/RRT/TRT)** para parcelas de maior relevância técnica.

Nos termos do **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**, a exigência de qualificação técnico- profissional deve ser **excepcional**, limitada às hipóteses em que a execução do objeto **depende diretamente da atuação de profissional legalmente habilitado**, o que não se verifica no presente caso.

9.45.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

~~9.46. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo XXXX.~~

Justificativa: **Fica dispensada a apresentação de relação de compromissos profissionais**, uma vez que não há designação de responsável técnico exclusivo nem vinculação a acervo técnico profissional.

~~9.47. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.~~

Justificativa: **Fica igualmente dispensada a exigência de atestados de responsabilidade técnica profissional**, por inexistir previsão legal ou normativa aplicável à natureza do objeto contratado.

9.48. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.54. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.54.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.54.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.54.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 3.196.210,20 (três milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e dez reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos no Estudo Técnico Preliminar – ETP (Anexo I), elaborada a partir da Planilha de Custo e Formação de Preços para o período de 60 (sessenta) meses (Anexo II).

~~[A3] OU~~

~~10.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

~~10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

10.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado **na matriz de risco** constante do Contrato.

~~10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:~~

~~10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou~~

~~10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.~~

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: **32396/323102;**

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: **(itens 1, 2 e 3) 33903701 - APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL;**

V) Elemento de despesa (itens 4, 5): **33903301 - PASSAGENS PARA O PAÍS**

VI) Elemento de despesa (item 6): **33909301 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**

v) . Plano interno: **216474 000W - ADMINISTRACAO DA ANM**

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

~~11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, nos termos da legislação vigente

Brasília, 23 de dezembro de 2025

Michelle Ferreira da Cunha

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Os documentos que integram e complementam o presente Termo de Referência, constituindo parte indissociável de sua instrução e fundamentação técnica, administrativa e jurídica, encontram-se relacionados a seguir, servindo de suporte à definição do objeto, à estimativa de custos, à gestão contratual, à mitigação de riscos e ao acompanhamento da execução:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), elaborada conforme padrão institucional da ANM;

Anexo III – Rol de Atribuições da Profissão de Psicólogo;

Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

Anexo V – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;

Anexo VI – Termo de Ciência;

Anexo VII – Matriz de Gerenciamento de Riscos.

Além dos anexos acima relacionados, **integram a instrução do presente Termo de Referência todos os demais documentos técnicos, administrativos e jurídicos que subsidiaram a contratação**, incluindo, mas não se limitando a **Notas Técnicas, pesquisas de preços, memórias de cálculo, despachos, estudos complementares e demais manifestações técnicas**, os quais **encontram-se devidamente autuados e disponíveis para consulta no Processo SEI nº 48051.011052/2025-07**.

Os referidos documentos foram considerados na elaboração deste Termo de Referência e deverão ser observados pelos licitantes e pela futura contratada, para fins de formulação das propostas, execução contratual, fiscalização e gestão.

14. ANEXO II

Os documentos que integram e complementam o presente Termo de Referência, constituindo parte indissociável de sua instrução e fundamentação técnica, administrativa e jurídica, encontram-se relacionados a seguir, servindo de suporte à definição do objeto, à estimativa de custos, à gestão contratual, à mitigação de riscos e ao acompanhamento da execução:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

Anexo II – Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), elaborada conforme padrão institucional da ANM;

Anexo III – Rol de Atribuições da Profissão de Psicólogo;

Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

Anexo V – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;

Anexo VI – Termo de Ciência;

Anexo VII – Matriz de Gerenciamento de Riscos.

Além dos anexos acima relacionados, **integram a instrução do presente Termo de Referência todos os demais documentos técnicos, administrativos e jurídicos que subsidiaram a contratação**, incluindo, mas não se limitando a **Notas Técnicas, pesquisas de preços, memórias de cálculo, despachos, estudos complementares e demais manifestações técnicas**, os quais **encontram-se devidamente autuados e disponíveis para consulta no Processo SEI nº 48051.011052/2025-07**.

Os referidos documentos foram considerados na elaboração deste Termo de Referência e deverão ser observados pelos licitantes e pela futura contratada, para fins de formulação das propostas, execução contratual, fiscalização e gestão.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MICHELLE FERREIRA DA CUNHA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/01/2026 às 16:07:19.



Documento assinado digitalmente

ALINE FERNANDES DAS CHAGAS

Data: 07/01/2026 09:31:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALINE FERNANDES DAS CHAGAS

Autoridade Administrativa Demandante



Documento assinado digitalmente

PEDRINA VIANA GOMES

Data: 07/01/2026 11:18:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRINA VIANA GOMES

Responsável Técnica da Demanda